

Unidades de Conservação, ecoturismo e conflitos socioambientais na Ilha do Mel, PR, Brasil

CARLOS ALBERTO MARÇAL GONZAGA

(Unicentro) gonzaga@unicentro.br

PATRÍCIA DENKEWICZ

(Unicentro) patriciadenkwicz@hotmail.com.

KEYLA CRISTINA PEREIRA PRADO

(Unicentro) keyla_prado@yahoo.com.br.

Resumo: Este artigo tem como tema o turismo e os conflitos socioambientais na Ilha do Mel, PR, Brasil. A implantação de duas Unidades de Conservação de proteção integral, na Ilha, promoveu forte impacto sobre as atividades econômicas tradicionais, pesca e agricultura, das comunidades caiçaras nativas, ajudou a consolidar o turismo como principal atividade econômica do local e deu origem a conflitos socioambientais persistentes. A pesquisa foi realizada por meio de observação a campo e levantamento bibliográfico, com o objetivo de desenvolver uma análise quantitativa da infraestrutura turística e uma análise qualitativa dos conflitos socioambientais relacionados às Unidades de Conservação e às atividades turísticas. Concluiu-se que as Unidades de Conservação da Ilha do Mel potencializaram, concomitantemente, o desenvolvimento do turismo e a ocorrência de conflitos socioambientais. A infraestrutura existente é suficiente para atendimento básico da demanda por turismo de massa, mas o potencial de ecoturismo, que deveria ser priorizado, não é adequadamente gerido. Os conflitos socioambientais poderiam ser amenizados com a prática de gestão e políticas públicas condizentes com os princípios do direito das comunidades de cultura tradicional, pois nos costumes dos caiçaras reside a identidade cultural da Ilha do Mel.

Palavras-chave: Unidade de conservação. Conflitos socioambientais. Infraestrutura turística. Ecoturismo. Ilha do Mel.

Protected area, ecotourism and social-environmental conflicts at *Ilha do Mel*, PR, Brazil

Abstract: This essay is about tourism and social-environmental conflicts at Ilha do Mel, PR, Brazil. There were created two environmental protected areas, where human presence is supposed to be devoid. Such fact impacted on the way of life of the native traditional communities of caiçaras population, dependent on fishery and agriculture, which drives the origin of social-environmental conflicts. Meanwhile, the tourism services became the main economic activity on the Island. The research was accomplished by field observation and bibliographic review, aiming a quantitative analysis on the touristic infrastructure and a qualitative analysis on the related to the Protected Areas and the touristic activities. The conclusion is that the creation of the Protected Areas at the Ilha do Mel accentuated both the tourism development and the social-environmental conflicts. The infrastructure is sufficient for the basic demand for mass tourism while there should be priority for ecotourism. The social-environmental conflicts could be tamed with public policies and management aligned with the rights principles of the traditional culture communities, because the caiçaras customs set the cultural identity of the Ilha do Mel.

Keywords: Environmental protected area. Touristic infrastructure. Ecotourism. Social-environmental conflicts. Ilha do Mel.

INTRODUÇÃO

A Ilha do Mel, localizada na entrada da Baía de Paranaguá, com 35 km de praias, é um dos principais atrativos turísticos do Paraná, por isso recebe anualmente um número significativo de turistas. Se, por um lado, a visitação turística promove impacto positivo na economia local, com a geração de renda proveniente de serviços, por outro lado, o turismo origina significativos impactos ambientais negativos decorrentes da geração de resíduos e da depleção de recursos naturais. Além disso, devido à presença de uma população nativa de cultura tradicional, o desenvolvimento do turismo na Ilha promove conflitos sociais devido à concorrência pelo uso de recursos naturais e pela desnaturalização globalizante da cultura nativa.

Os atrativos da Ilha do Mel, PR, não se restringem às belezas cênicas naturais, mas se devem também à sua importância histórica e ecológica. Em 1975, quando ainda era administrada pela Marinha do Brasil, o Governo do Estado do Paraná determinou seu tombamento como Patrimônio Histórico e Cultural (inscrição n.º 11-I do Livro Tombo estadual), com o objetivo de coibir as visitas e ocupações predatórias, que ameaçavam os hábitos culturais e a vegetação natural local (PARANÁ, 1975). Em 1982, a administração da Ilha do Mel foi transferida, por meio de aforamento, ao Governo Estado do Paraná, que designou como gestora da Fundação Instituto de Terras e Cartografia (ITC, renomeado, em 1985, para ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas – e, em 1992, para IAP - Instituto Ambiental do Paraná). No Termo de Aforamento constava uma cláusula que condicionava a cessão da Ilha à criação de uma Unidade de Conservação para proteger os ecossistemas naturais presentes. (IAP, 1996)

Ainda em 1982, foi criada a Estação Ecológica da Ilha do Mel (Decreto Estadual 5.454/1982), com 2.240,69 ha de área, na qual são priorizadas a preservação dos ecossistemas (manguezais, restingas, brejos litorâneos e caxetais) e a pesquisa científica. Na Estação Ecológica a visitação pública é aberta apenas com a finalidade de educação ambiental. Os interessados em visitação à Estação Ecológica necessitam obter pré-autorização expressa do IAP. (IAP, 1996)

Em 2002, foi criado o Parque Estadual da Ilha do Mel (Decreto Estadual n. 5.506/2002), com 337,84 ha de área, cujo objetivo é proteger uma área de fragilidade ambiental na região sul da Ilha, onde se localizam os mananciais de abastecimento local, os sítios históricos e arqueológicos, e um bosque remanescente de Floresta Atlântica à beira mar. (PARANÁ, 2002)

A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo geral analisar a sustentabilidade das atividades turísticas em relação às Unidades de Conservação instituídas na Ilha do Mel, PR, bem como em relação ao convívio com as comunidades nativas de cultura tradicional caiçara. Dentre os objetivos específicos estão à análise da infraestrutura turística

existente, assim como o estudo do potencial de conflitos socioambientais em função da implantação das Unidades de Conservação e da expansão do turismo.

O empreendimento dessa pesquisa se justifica pela necessidade de se entender a relação entre a oferta de serviços turísticos, cuja demanda é crescente, e as limitações naturais, sociais e legais existentes, a fim de que se esclareçam os potenciais de conflitos socioambientais na Ilha do Mel, PR.

Como resultado se alcançou maior entendimento dos desafios relacionados ao turismo em áreas naturais protegidas, o que permite auxiliar a repensar as políticas de gestão praticadas na Ilha e a instalação da infraestrutura necessária para a sua prática com sustentabilidade.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica e análise documental, completada com pesquisa de campo, na qual se adotou o sistema de contagem, entrevistas semiestruturadas, questionário e observação participante. A contagem realizada seguiu o formulário de Inventário Turístico, categoria C, do Ministério do Turismo (BRASIL, 2010), adaptado pelos autores, o qual foi aplicado contando os equipamentos e serviços turísticos. As entrevistas foram realizadas com perguntas narrativas sobre o funcionamento da infraestrutura básica (água, energia, comunicação e resíduos sólidos) aos seus respectivos responsáveis (funcionários ou proprietários).

A abordagem qualitativa foi utilizada na análise das conversas com turistas e observações na comunidade local. A abordagem quantitativa serviu de base para análise dos serviços e equipamentos turísticos existentes na localidade.

O questionário foi elaborado com questões estruturadas e direcionado aos turistas e moradores sendo distribuído a 90 (noventa) pessoas. As perguntas indicavam respostas descritivas sobre o turismo, a infraestrutura turística e as Unidades de Conservação.

A pesquisa de campo abrangeu como amostragem duas comunidades da Ilha do Mel, Brasília e Farol, que estão localizadas próximo do ponto de desembarque/embarque mais utilizado e que alojam a maior parte da infraestrutura de serviços turísticos existente.

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ESTUDADA

A Ilha do Mel está localizada no litoral do Estado do Paraná, na desembocadura da Baía de Paranaguá. Ao norte, localiza-se a Ilha das Peças e o Parque Nacional de Superagui, separados pelos canais Norte e Sudeste; ao sul, localiza-se o Balneário de Pontal do Sul, em Pontal do Paraná, separado pelo Canal da Galheta (SEMA/IAP, 1996).

A área total da Ilha do Mel é de 2.762 hectares, mas 93,4% do seu território, 2.578,53 ha, não está liberado para construção de moradias nem de instalações comerciais, por força da instituição das duas Unidades de Conservação (PARANÁ, 1996 e 2002). Devido à fragilidade ambiental dos recursos existentes na Ilha, o IAP estabeleceu quotas diárias de visitantes, tomando por base o cálculo da capacidade de carga dos ecossistemas locais.

A Ilha do Mel é uma formação geológica constituída por sedimentos arenosos reunidos pelo movimento do mar nos últimos 120.000 anos. Está sujeita à erosão marinha e deposição de sedimentos, com intensidade variável, em vários pontos da costa (MINEROPAR, 2009). Tal processo promove grande impacto sobre a vida das comunidades residentes e suas atividades econômicas.

Residem na Ilha do Mel aproximadamente 3.000 habitantes, entre nativos caiçaras e empreendedores em negócios relacionados ao turismo. A população está distribuída em seis comunidades, das quais as mais populosas são Brasília e Encantadas. No início da década de 1970 a pesca consistia a principal fonte de renda das comunidades locais, utilizada para consumo e escambo, aos moldes das práticas das comunidades de cultura tradicional. Além da pesca, praticava-se agricultura de subsistência. As habitações eram construídas em madeira retirada da floresta da Ilha e, em sua maioria, possuíam apenas um cômodo. Os telhados eram construídos com folhas de palmeira ou sapê. Os relacionamentos matrimoniais se estabeleciam dentro das próprias comunidades, e tendiam a ser incestuosos porque quase todas as pessoas mantinham algum grau de parentesco entre si. (IAP, 1996)

COMUNIDADES DA ILHA DO MEL

A população nativa da Ilha do Mel é formada por várias comunidades caiçaras. O termo caiçara vem do Tupi Guarani caá-içara (SAMPAIO, 1987). Segundo Adams (1999), os povos caiçaras se originaram da mistura entre europeus e indígenas que habitam o litoral do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Geralmente vivem da pesca artesanal e da agricultura de subsistência.

Essas comunidades de cultura tradicional, atualmente, vivem em comunidades mistas, em que compartilham o território com empreendedores do turismo. Pessoas interessadas na atividade turística têm ocupado a Ilha com seus empreendimentos locais, dando emprego à indivíduos das comunidades caiçaras, que vem sendo influenciados por um processo de aculturação globalizada. Afirma Hanazaki (2001, p 63) que “as atividades tradicionalmente praticadas pelos caiçaras, como a pesca e a agricultura, passam a ter importância secundária conforme as atividades ligadas ao turismo tendem a crescer”.

Segundo Serrano e Bruhns (1997), devido às restri-

ções impostas pela Legislação das Unidades de Conservação, houve desapropriação de moradias de membros da população nativa que habitava as áreas que passaram a ser protegidas. Em adição, isto ocasionou a perda de áreas utilizadas para a agricultura, restrição dos locais de pesca e de extração de madeiras. Ainda houve a chegada de imigrantes que trouxeram outro modo de vida, enfim, diante desses impasses os caiçaras passaram a adotar o turismo como principal fonte de renda.

Ao norte está a Comunidade de Brasília que é onde também acontece embarque e desembarque de turistas. É o local onde se encontra infraestrutura urbana com mercado, igreja, escola, pousadas, restaurantes e campo de futebol. Nessa área verifica-se, de tempos em tempos, o avanço do mar sobre a terra, provocando perda de território e, com isso, faticamente alguns moradores têm perdido suas casas e terrenos.

Na Comunidade do Farol a praia é a mais frequentada, inclusive para a prática de surf. Não por acaso, é onde se encontra a maior concentração de bares, pousadas e restaurantes. Grande parte desses estabelecimentos pertence a empreendedores que não são nativos da Ilha. Essa Comunidade se caracteriza pela concentração de infraestrutura da administração pública, como o IAP, a Força Verde da Polícia Militar do Estado do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, o correio e o posto de saúde.

Na vizinhança da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres localiza-se a Comunidade de Fortaleza, que é a menor comunidade da Ilha. Sua infraestrutura turística se resume à algumas pousadas e um empreendimento hoteleiro. Nesse local se encontra a maior parte das casas de veraneio de uso temporário. Tais casas pertencem a proprietários originários, majoritariamente, de Curitiba, capital do Estado do Paraná. O movimento de visitantes nessa parte da Ilha é grande, pois a Fortaleza se destaca como um dos principais atrativos históricos da Ilha do Mel.

A Comunidade de Ponta Oeste foi a mais afetada pelas limitações legais impostas desde a implantação da Estação Ecológica. Até a década de 1990 era a maior comunidade da Ilha. Atualmente sua população encontra-se reduzida e pelas implicações da vigência do Plano de Uso da Ilha, mas mantém a resistência pelo direito à ocupação e ao uso da terra ancestral, porém hoje sua população é de apenas doze famílias. Contudo, nessa comunidade algumas limitações estão sendo impostas como a proibição de novas construções para moradias, principalmente se for para pessoas que não são nativas da Ilha, medida que visa à proteção da Estação Ecológica.

E por fim, a Comunidade de Encantadas ou Prainhas, que é a que tem a maior concentração de nativos. Nessa comunidade também acontece o embarque e desembarque de turistas. Fica na parte Sul e é o menor lado da Ilha. Essa comunidade vem apresentando vários problemas, pois áreas de preservação vêm sendo indevidamente ocupadas. Essa comunidade também conta com uma boa infraestrutura e

possui bares, pousadas, campings, restaurantes, mercado, escola, campo de futebol, telefones públicos e um posto policial da Força Verde.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA ILHA DO MEL

A importância das Unidades de Conservação (UCs) cresce à medida que se agravam os descompassos entre as necessidades de crescimento econômico e as de sustentabilidade no uso dos recursos ambientais no planeta. No entanto, isso não impede que a implantação de UCs enfrente a oposição de parcela significativa das comunidades por elas afetadas. Sendo assim, a gestão de Unidades de Conservação é tarefa mais política do que técnica, embora seja mais fácil fazer proteção e conservação ambiental do ponto de vista técnico do que do ponto de vista social e político. Por isso, as soluções aos problemas envolvendo múltiplos interesses sociais requerem uma abordagem sensível à diversidade cultural e ambiental em questão. (GONZAGA, 2006)

De acordo com Serrano e Bruhns (1997), a desapropriação de imóveis residenciais de alguns moradores, em prol do cumprimento das Leis que estabeleceram as Unidades de Conservação locais, impôs aos habitantes a perda de áreas agrícolas utilizadas para a produção de alimento. As restrições também atingiram as zonas e estações de pesca, bem como o extrativismo de madeira para lenha, construção e confecção de embarcações. Isso, além de obrigar vários moradores a transferir-se de sua comunidade, limitou as alternativas para obtenção de renda.

O processo de transformação da Ilha do Mel ganhou maior complexidade com a chegada de imigrantes e empreendedores turísticos, que apresentaram aos nativos outro modo de vida. Constrangidos pelas normas do Estado e influenciados por novos vizinhos, não sobraram muitas alternativas de renda aos caiçaras, exceto pela integração ao mercado do turismo, raramente como principais protagonistas, geralmente como serviços dos empreendedores recém-chegados. Corroborando esta constatação, Hanazaki (2001) afirma que as atividades tradicionais dos caiçaras, pesca e agricultura, passaram a um nível de importância secundária frente ao crescimento da demanda por serviços turísticos na Ilha.

Há duas importantes Unidades de Conservação implantadas na Ilha do Mel e, conforme tendência mundial, sua existência não ocorre sem conflitos. São elas:

- Estação Ecológica da Ilha do Mel.

Criada em 1982 (Decreto Estadual 5.454/1982), com área de 2.240,69 ha. O texto do ato legal de criação da Estação Ecológica afirma que toda a área deve destinar-se, permanentemente, à preservação da biota existente e seu ecossistema. Na estação ecológica é priorizada a preservação e a pesquisa científica, sem autorização para visitação

pública, exceto em casos de visita técnica para educação ambiental, para a qual há o pré-requisito de autorização expressa do Instituto Ambiental do Paraná. Em 1996 foi aprovado o seu Plano de Manejo. (IAP, 1996)

A Estação Ecológica da Ilha do Mel ocupa a maior parte do território da Ilha. Limita-se, a Oeste, com a área do povoado de cultura tradicional da Ponta Oeste; ao Leste, limita-se com o Morro da Baleia, onde está a pequena comunidade de Fortaleza e o Forte de Nossa Senhora dos Prazeres, construído no período colonial; ao Sul, limita-se com a área urbanizada de Nova Brasília e Farol, que concentram a maior oferta dos serviços turísticos de alimentação e hospedagem local (DENKEWICZ, 2012).

A criação da Estação Ecológica da Ilha do Mel originou uma série de conflitos socioambientais. À época de sua criação, a comunidade mais populosa da Ilha era a de Ponta Oeste, 211 moradores, que representava um terço da população da Ilha do Mel, dos quais 40% eram crianças até 14 anos, conforme levantamento da Comissão Especial para Estudos das Ilhas do Litoral Paranaense, realizado em 1980 (PARANÁ, 2012). Embora o Decreto de criação da Estação Ecológica, exarado em 1982, determinasse restrição ao tamanho do povoado a apenas 31,77 ha e determinasse a proibição de novas construções, em 1985 foi instalada a primeira escola no local, devido ao grande número de crianças no povoado. Até a década de 1990 localizava-se no povoado a única Zona Eleitoral de toda a Ilha do Mel.

A partir da década de 1990 a comunidade da Ponta Oeste entrou em declínio, como consequência tardia das restrições impostas pela criação da Unidade de Conservação. A Escola e a Zona Eleitoral foram desativadas, e para piorar as condições de vida, houve redução da quantidade e qualidade dos pescados no local por causa da transferência da entrada do Porto de Paranaguá para o Canal da Galheta (PARANÁ, 2012). Atualmente sua população é menor do que 50 moradores caiçaras, vivendo em situação de precariedade.

No ano de 2009, pela Lei Estadual 16037/2009, foi estabelecido um novo Plano de Uso da Ilha do Mel, cujo rigor restritivo reduziu para apenas 1,6 ha o território do povoado da Ponta Oeste. Diante de tal legislação a comunidade local está sujeita ao constrangimento da indesejabilidade de sua presença, por parte do Estado. A Lei Estadual 16037/2009 transformou, do ponto de vista legal, a região em mero ponto de apoio à pesca e, pelo art. 7, IV, o povoado de Ponta Oeste passou a ser designado como Área de Ocupação de População Tradicional Local (AOPT). A finalidade dos legisladores é a de coibir qualquer tentativa de avanço da ocupação antrópica no local, pela vedação dos direitos individuais de uso, com a justificativa de preservar a biodiversidade e manter a beleza cênica da Ilha. (PARANÁ, 2009)

Em reação ao rigor da nova Lei e em defesa dos direitos individuais e comunitários, a Associação dos Nativos e Pescadores da Ponta Oeste protocolou solicitação

de análise do valor histórico da comunidade e revisão do atual Plano de Uso da Ilha do Mel, por meio de proposta de alteração da Lei Estadual 16037/2009. A comunidade demanda que se permita modernização da infraestrutura do povoado e se reestabeçam os limites territoriais de 31,77 ha., conforme estabelecia legislação anterior. O relator do processo propôs a transformação do povoado em Reserva de Desenvolvimento Sustentável, com base na Lei Federal 9985/2000 (PARANÁ, 2012). Enquanto isto, o Ministério Público do Paraná, por meio do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPED) e do Centro de Apoio dos Direitos Constitucionais, está investigando denúncia de violações de Direitos Humanos na comunidade, perpetradas por ações do Estado. (PARANÁ, 2012a)

- Parque Estadual da Ilha do Mel

O Parque Estadual da Ilha do Mel foi criado em 2002 (Decreto Estadual nº. 5.506/2002), com área de 337,84 ha, abrangendo a porção sul da Ilha, cujo objetivo é ampliar a preservação ambiental de área não abrangida pela Estação Ecológica, principalmente a proteção dos mananciais de abastecimento, e dos sítios históricos e arqueológicos, além de proteger porção remanescente de Floresta Atlântica. Seu Plano de Manejo ainda está em processo de elaboração e acredita-se que poderá interpor novas limitações à ocupação antrópica e uso dos recursos locais. (PARANÁ, 2002)

De acordo com Costa (2002), os Parques Nacionais são as Unidades de Conservação mais atrativas para o ecoturismo, distintamente das Estações Ecológicas, onde a visitação pública poderia comprometer o andamento das pesquisas científicas para as quais se destinam. No entanto, de acordo com Costa (2002), o turismo em Unidades de Conservação necessita de infraestrutura administrativa adequada, como trilhas, sinalização, planejamento e atendimento profissional, para que sejam observadas as diretrizes do Plano de Manejo, ao mesmo tempo que a visitação seja satisfatória aos visitantes.

O TURISMO NA ILHA DO MEL

O turismo na Ilha do Mel, segundo Pierre e Kim (2008), começou aproximadamente em 1960. Nessa época a Ilha começou a ser buscada por sua beleza natural. Os admiradores do local eram basicamente jovens que acampavam nas praias ou no quintal das casas dos moradores. A partir da década de 80, após a notoriedade pelo tombamento ecológico-cultural e pela criação da Estação Ecológica, as visitas turísticas tiveram um considerável aumento.

O turismo, nas últimas décadas, acarretou várias transformações no estilo de vida dos caiçaras nativos da Ilha do Mel, cuja alta temporada de visitação ocorre entre os meses de novembro e fevereiro. Com a expansão dessa atividade, a Ilha recebe vários estilos de turistas, mas possui apenas

infraestrutura limitada para recebê-los. Devido às altas taxas de ocupação das pousadas, alguns moradores até organizam campings em seus quintais.

Encontra-se na literatura sobre turismo e sustentabilidade a referência a uma proposição de evitar os impactos negativos da atividade turística, bem como gerar um equilíbrio entre os impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais do turismo, por meio da prática de novas formas de turismo, como o ecoturismo, o turismo ecológico responsável e o turismo sustentável (RUSCHMANN, 2003). Ele considera desejável que o turismo seja realizado sem incorrer no desrespeito às peculiaridades das sociedades visitadas. Defende, também, que em áreas ecologicamente sensíveis, as atividades turísticas precisam ser realizada com observância às limitações do uso dos recursos naturais e ao direito de manifestação e permanência das culturas tradicionais locais, sem preconceitos nem subordinação. Com o auxílio de estudos sobre os conceitos de sustentabilidade, Ruschmann (2003) defende a ideia de harmonizar os interesses do turismo com o do desenvolvimento sustentável, a fim de preservar o meio ambiente e a cultura das comunidades locais.

Em busca de diminuir os impactos negativos das atividades turísticas sobre o meio ambiente, foi imposto pelos gestores públicos um limite de 5 mil turistas simultâneos na Ilha do Mel, PR, os quais devem pagar uma taxa de visitação de R\$25,00 (ida e volta, valor em julho de 2012). Os recursos desta taxa são arrecadados pelo IAP, responsável pela administração da Ilha do Mel, e são destinados para melhorias na infraestrutura (PARANAGUÁ, 2012). Um dos problemas verificados é o controle do limite da quantidade de visitantes que entram na Ilha simultaneamente, pois não há controle de quantos saem diariamente. Na temporada entre outubro/2011 e fevereiro/2012, a Ilha foi visitada, oficialmente, por 112 mil turistas, que pagaram a taxa (PARANAGUÁ, 2012). No entanto, não são computados nestes números os turistas que acessam as praias locais com seus próprios barcos. Tal volume de visitação mostra o quanto o turismo na Ilha do Mel alcançou a massificação.

Para receber tantos visitantes, a infraestrutura de hospedagem e alimentação é composta por 45 pousadas, 7 campings, 6 restaurantes e 6 lanchonetes. Não há carros ou estradas, mas é possível alugar bicicletas em três locais, e barcos para passeio em um local. Há dois trapiches de desembarque/embarque que precisam de manutenção. Há telefonia e luz elétrica. Há um posto de informações e cinco lojas de artesanato. As placas e sinais de informação/orientação estão em estado lamentável de deterioração. (DENKEWICZ, 2012)

Em pesquisa realizada sobre o Parque Estadual da Ilha do Mel, Santos Jr. e Pires (2008) observaram que o tipo de atividades praticadas pelos turistas, de forma geral, não oferecem riscos acentuados ao meio físico, porque consistem principalmente em usufruto das praias do entorno do Parque. O impacto negativo, no entanto, é decorrência do volume exacerbado dessas atividades em relação à fragili-

dade do ambiente natural. Dentre os problemas destacados, estão o acúmulo de lixo em trilhas e praias durante a temporada e feriados, a depredação de placas de sinalização, o desgaste da vegetação em trilhas alternativas e os sinais de erosão nas encostas. Tal observação também é corroborada por pesquisa conduzida por Denkewicz (2012).

Outra constatação de Santos Jr. e Pires (2008), é que a maioria dos visitantes não conhece os verdadeiros objetivos das Unidades de Conservação, nem tampouco percebe que a utilização dos seus recursos naturais está sendo feita de forma inadequada. Para o turista de massa, as Unidades de Conservação, em si, não se constituem em elementos motivadores da visitação ao local, porque o foco, convencionalmente, são as praias, similarmente a qualquer outra parte litorânea do continente. Como não se importam com as Unidades de Conservação, o comportamento convencional do turista de massa é o de não comprometimento pessoal com a realidade socioambiental local. Tal padrão comportamental resulta em atitudes irresponsáveis de agressão ao meio ambiente, além de isolamento e tratamento desdenhoso à comunidade local com suas tradições culturais, considerando os residentes nativos como meros serviçais. Por isso, eventualmente, verificam-se conflitos explícitos de ordem social entre turistas e habitantes nativos da ilha. (SANTOS JR. e PIRES, 2008)

Numa pesquisa sobre o perfil e a renda dos pescadores da Ilha do Mel, PR, Fuzetti e Corrêa (2009) constataram que o desenvolvimento do turismo, somado à introdução de novas tecnologias na pesca e à criação das Unidades de Conservação, desencadeou alterações irreversíveis nas atividades econômicas dos pescadores. As mudanças interferiram nos costumes, nos apetrechos e nas embarcações, estimulando um cenário local de conflitos socioambientais. As mudanças afetam sobremaneira as novas gerações, conforme constatação de Fuzetti e Corrêa (2009), de que os filhos da maioria dos pescadores em atividade na Ilha não optaram pela mesma atividade dos pais e não tem interesse em trabalhar na pesca. Sua pesquisa revelou também que 65% dos pescadores complementava a renda com alguma atividade de turismo, mas que isto era pouco significativo para diferenciar a renda em relação aos que exclusivamente pescavam.

Ao pesquisar o desenvolvimento do turismo na Ilha, Denkewicz (2012) observou que os empreendedores imigrantes, insensíveis às condições históricas e ambientais dos nativos caiçaras, reclamam da qualificação da mão de obra local disponível, considerando-a despreparada para os empregos oferecidos e responsabilizando os indivíduos por sua situação de baixa renda e pelas limitações da economia local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo analisar a infraestrutura turística e os conflitos socioambientais na Ilha do Mel, Paraná, Brasil. Há diversos problemas na infraestrutu-

ra, que atende apenas às necessidades básicas dos turistas. Também há diversos conflitos socioambientais, que requerem soluções políticas e técnicas.

Embora as análises de cunho econômico avaliem principalmente os fatores relacionados à geração de renda local, ela constitui-se uma análise unidimensional e parcial, que não considera a complexidade das relações entre o turismo e o modo de vida tradicional da população nativa. O comportamento do turista urbano que visita a Ilha, em sua maior parte, exerce influência cultural homogeneizante, em sintonia com as tendências de massificação global das sociedades contemporâneas. Sendo assim, o desenvolvimento das atividades turísticas na Ilha do Mel, PR, promove uma descaracterização da cultura típica das comunidades locais, diretamente proporcional ao aumento do número de visitantes. Tal descaracterização ocorre em paralelo, embora independentemente, às restrições de uso dos recursos naturais disponíveis e à urbanização dos quase seis por cento de território onde o Plano de Uso permite fixação antrópica. Devido à verificação dessa tendência, considera-se necessária uma revisão do modelo de políticas públicas implantadas, sejam elas de cunho social, ambiental ou econômico, para se evitar irreversibilidades ambientais e fortalecer a valorização da cultura local. Percebe-se a necessidade de reorientação da gestão pública tal qual é atualmente praticada na Ilha do Mel, para que se estimulem as práticas de turismo que sejam respeitadas tanto com os valores ambientais quanto com os valores da cultura tradicional caiçara. Também se faz necessário repensar as limitações legais para que a qualidade de vida dos habitantes nativos seja priorizada perante os ganhos econômicos com o turismo.

Para que ocorram melhorias infraestruturais na Ilha do Mel, as instituições estaduais, municipais e locais precisam de uma agenda comum. A infraestrutura pode melhorar bastante, mas sempre coexistirão as limitações legais, ambientais e culturais. As limitações legais estão sintetizadas na Lei Estadual 16037/2009, que rege o Plano de Uso da Ilha do Mel. As limitações naturais provêm da fragilidade do meio ambiente, cuja utilização predatória, somada aos desgastes naturais, exige medidas para sua recuperação. As limitações culturais provêm dos conflitos entre a visão de mundo das comunidades locais de cultura tradicional e a visão econômica dos empreendedores turísticos, para quem o tradicionalismo representa falta de empenho na capacitação profissional para os serviços turísticos.

A ação administrativa do Governo do Paraná na Ilha do Mel baseia-se, predominantemente, no mecanismo de comando e controle, mas percebe-se que há mais comando do que controle. Um exemplo disto é o descaso com relação à implantação de ações efetivas para a prática do ecoturismo na localidade. O aparato estatal para implantar o controle do Plano de Uso da Ilha do Mel ignora a necessidade de se aplicar os princípios do ecoturismo, conforme definido pela The International Ecotourism Society (TIES).

A Ilha do Mel possui belezas naturais, históricas e

culturais que a tornam um local ideal para contato com a natureza, no entanto, a beleza do cenário não impede a ocorrência de conflitos socioambientais, nem sempre transparentes.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 43, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-7701200000100005&script=sci_arttext. Acesso em: maio/2012.
- BRASIL, Lei nº 9985 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, 2000.
- _____. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSO_.pdf. Acesso em: jun. 2012.
- _____. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- COSTA, Patrícia C. **Unidades de conservação**. São Paulo: Aleph, 2002.
- DENKEWICZ, Patrícia. **Infraestrutura turística e fatores limitantes na Ilha do Mel, Paraná**. 2012. Monografia. (Bacharelado em Turismo, Setor de Ciências Sociais Aplicadas) - Unicentro-PR, Irati, 2012.
- FUZETTI, Luciana; CORRÊA, Marco F. M. Perfil e renda dos pescadores artesanais e das vilas da Ilha do Mel, Paraná, Brasil **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v.35, n.4, p.609-621, 2009. Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftppeca/35_4_609-621.pdf. Acesso em: out. 2012.
- GONZAGA, Carlos A. M. **Gradiente de renda da terra em Áreas de Proteção Ambiental: estudo em Zona de Uso Agropecuário na Serra da Esperança**. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Centro de Ciências Florestais e da Madeira, Setor de Ciências Agrárias, UFPR. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/10394>. Acesso em: mai/2013.
- HANAZAKI, Natalia. **Ecologia de caiçaras: uso de recursos e dieta**. 2001. Tese (Doutorado em Ecologia) - Unicamp, Campinas, 2001.
- IAP [INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ]. **Plano de manejo da Estação Ecológica da Ilha do Mel, PR**. Curitiba: IAP, 1996.
- MINEROPAR [Minerais do Paraná]. **Unidade de conservação da Ilha do Mel**. Curitiba: Mineropar, 2009. Disponível em: <http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=13>. Acesso em: abr/2012.
- PARANÁ. Coordenação do Patrimônio Cultural. **Livro tomo histórico**. Curitiba: SEEC, 1975. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/tombados/PNG1-011.jpg>. Acesso em: maio/2012.
- PARANÁ. Decreto Estadual nº. 5.506, de 21 de março de 2002. Cria o Parque Estadual da Ilha do Mel, localizado no município de Paranaguá. Diário Oficial do Estado do Paraná nº. 6195. Curitiba, 22/03/2002. Disponível em: http://celepar7.pr.gov.br/sia/Atos-Normativos/form_cons_ato1.asp?codigo=1049&Imprime=1. Acesso em: dez/2012.
- PARANÁ. Lei Estadual nº. 16.037, de 08 de Janeiro de 2009. Dispõe que a Ilha do Mel, situada na baía de Paranaguá, Município de Paranaguá, constitui região de especial interesse ambiental e turístico do Estado do Paraná, conforme especifica. Diário Oficial do Estado do Paraná, nº. 7885. Curitiba, 08/01/2009. Disponível em: www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=17537. Acesso em: maio/2012.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadora do Patrimônio Cultural (CPC/SEEC). Parecer técnico: Ponta Oeste, Ilha do Mel, Paranaguá, PR. In: Protocolo 11.131.381.-4, de 03 de novembro de 2011. Interessado: Associação dos Nativos e Pescadores da Ponta Oeste, Ilha do Mel, PR, para elaboração de estudos sobre a história da comunidade. Relator: PONTES FILHO, Almir. Data do parecer: 03/09/2012. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/parecer_ponta_oeste.pdf. Acesso em: dez/2012.
- PARANÁ. Ministério Público. Direitos Humanos. MP-PR recomenda que IAP reconheça legitimidade de ocupação no Litoral. Releases 14/11/2012a. Disponível em: <http://www.mp.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2999>. Acesso em: dez/2012.
- PARANAGUÁ, PREFEITURA MUNICIPAL. Ilha do Mel recebeu 112 mil turistas entre outubro e fevereiro deste ano. In: Notícias (on line), 13/03/2012. Paranaguá: Secr. de Planejamento. Disponível em: http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=3082. Acesso: abr/2012.
- PIERRE, Naína; KIM, Milena K. **A Sustentabilidade social como condição para a conservação: o caso da Ilha do Mel (Paraná, Brasil)**. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., Brasília, jun/2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT16-767-1065-20080510232741.pdf>. Acesso em: maio/2012.
- RUSCHMANN, Doris M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- SAMPAIO, T. **O Tupi na geografia nacional**. Brasília, 1987.
- SANTOS JUNIOR, Oswaldo D.; PIRES, Paulo S. Turismo em Unidades de Conservação: adaptação do método visitor activity management process (VAMP) para a caracterização do uso público e o manejo de visitantes no Parque Estadual da Ilha do Mel, PR. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v.5, n.1, p.59-79, 2008. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/3429/turismo-em-unidades-de-conservacao>. Acesso em: mai. 2012.
- SEMA/IAP. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos / Instituto Ambiental do Paraná. Plano de Manejo da Estação Ecológica da Ilha do Mel. Curitiba: Sema, 1996.
- SERRANO, Célia M. T.; BRUHNS, Heloisa T. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.